

Autismo na escola: Um convite à reflexão sobre a acessibilidade e a inclusão

Iarasmin Vaz de Souza

Faculdade Luciano Feijão – CE

Ana Beatriz de Sousa Lira

Faculdade Luciano Feijão – CE

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade realizar uma revisão da literatura nacional acerca da relevância da inclusão educacional de crianças autistas no ambiente educacional regular. Segundo a lei nº 13.146 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência “A educação constitui direito da pessoa com deficiência, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem” (BRASIL, 2015). Partindo desta premissa o sistema educacional é deliberadamente exposto aos desafios de desenvolver um ambiente educacional regular mais equitativos e de desenvolvimento integral da pessoa com autismo.

Palavras-chave: Inclusão educacional, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Neurodesenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como finalidade realizar uma revisão da literatura nacional acerca da relevância da inclusão educacional de crianças autistas no ambiente educacional regular. Segundo a lei nº 13.146 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência “A educação constitui direito da pessoa com deficiência, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem” (BRASIL, 2015). Partindo desta premissa o sistema educacional é deliberadamente exposto aos desafios de desenvolver um ambiente educacional regular mais equitativos e de desenvolvimento integral da pessoa com autismo.

A OMS- Organização Mundial da Saúde estima que 1 em cada 160 crianças possuem o transtorno do espectro autista –TEA. O autismo é definido como um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a comunicação, interação social e comportamento. Caracteriza-se por padrões repetitivos de comportamento, interesses restritos e dificuldades na compreensão das emoções e na expressão das próprias emoções. O autismo é considerado um espectro, o que significa que os sintomas e a gravidade do transtorno podem variar amplamente de uma pessoa para outra. Essa variação resulta em uma gama de habilidades, desafios e necessidades entre indivíduos com autismo (COLLYER,2021). Em termos conceituais a palavra inclusão dentro do dicionário da língua portuguesa, refere-se a prática ou “ato de incluir, compreender, inserir”



(INCLUSÃO,2024). Logo, a inclusão educacional refere-se a prática de incorporar alunos com necessidades especiais nas escolas regulares, proporcionando-lhes uma educação adaptada e mais igualitárias as suas necessidades. O parecer do Conselho Nacional de Educação- CNE nº 50, reforça a importância da atuação conjunta da escola, das famílias, e dos estudantes autistas para o planejamento educacional, e fomenta o direito ao Plano de Atendimento Educacional Especializado-PAEE como também ao Plano Educacional Individualizado-PEI (A TRIBUNA,2023). Essas normativas asseguram a prática da inclusão educacional de crianças autistas, contribuindo com a adaptação do ambiente escolar para atender suas necessidades específicas.

O Plano Educacional Individualizado-PEI, trata-se de um documento formalizado que visa atender as necessidades educacionais específicas de um aluno com necessidades especiais. Ele é desenvolvido em colaboração com uma equipe multidisciplinar, que pode incluir professores, terapeutas, pais e outros profissionais relevantes. O PEI elabora metas, estratégias e serviços necessários para promover o progresso do aluno. Além disso o PEI é revisado periodicamente para garantir que continue atendendo as necessidades em constante evolução do aluno. Além disso o PEI pode ajudar a promover a compreensão e a aceitação da diversidade dentro da comunidade escolar, criando um ambiente mais inclusivo e acolhedor para pessoas autistas e com outras deficiências (BRASIL,2021).

Sabemos que o direito da educação é inalienável, e compreendemos também que a forma como o aprendizado se desenvolve em cada criança é paradoxalmente complexa e única. Entretanto a uma diferenciação no contexto que envolve crianças com autismo. A lei 9.394/1996- LDB e no Decreto nº 7.611/2011, e a Política Nacional de Educação Inclusiva, regulamenta o Atendimento Educacional Especializado - AEE tanto em escolas públicas como em escolas particulares, nesse contexto o AEE é uma modalidade de ensino que visa oferecer suporte e serviços educacionais específicos para alunos com necessidades especiais, como deficiência física, intelectual, sensorial ou transtorno do espectro autista. Ele é oferecido de forma complementar à educação regular e busca promover a inclusão e o desenvolvimento pleno desses alunos. O AEE é responsável pela “ a identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos educandos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL,2008). Essas diretrizes de personalização do ensino são cruciais para criar um ambiente propício ao aluno com TEA, levando em consideração as características individuais e os desafios associados ao autismo (SOUSA,2022).

Além das diretrizes a implementação eficaz da inclusão escolar requer não apenas adaptações físicas e curriculares, mas também um compromisso com a capacitação de professores e comunidade escolar. As formações adequadas desses profissionais desempenham um papel crucial na promoção de ambientes educacionais inclusivos. Formações continuadas que abordem tanto aspectos teórico dos autista quanto estratégias práticas para lidar com as necessidades específicas dessas crianças se torna fundamentais



(MATOS; MENDES,2015), já que o processo de aprendizagem de alunos com TEA exigem adaptações que vão em desconformidade aos métodos tradicionais de ensino (DUTRA, 2008). A diversidade de estilo de aprendizagem e a humanização do olhar das diversidades presentes no espectro autista é a relevância central dentro deste processo.

É de conhecimento geral que a família desempenha um papel fundamental na inclusão educacional de autistas, sendo um elo vital entre a escola e o ambiente doméstico. O apoio e a colaboração dos pais e familiares são essenciais para garantir o sucesso acadêmico, social e emocional de crianças e jovens autistas dentro do contexto educacional. Além disso, os pais desempenham um papel importante no apoio ao desenvolvimento das habilidades sociais e de comunicação do aluno autista. Eles podem fornecer suporte adicional em casa, reforçando as habilidades e conceitos aprendidos na escola e ajudando o aluno a generalizá-los para diferentes situações. Além do que, os pais podem desempenhar um papel ativo no planejamento e na defesa dos direitos educacionais de seus filhos autistas, trabalhando em parceria com a escola para garantir que recebam o suporte e os recursos necessários para alcançar seu pleno potencial. (SOUSA,2022).

Outro ponto relevante é a promoção da interação social entre as crianças autistas e seus colegas, fomentando a construção de relações positivas e inclusivas. Participar de interações sociais em salas de aula regulares também oferece oportunidades para pessoas autistas aprenderem sobre normas sociais e comportamentais aceitáveis em diferentes contextos. Ao observar e interagir com seus colegas, eles podem aprender a interpretar pistas sociais e a se adaptar às expectativas sociais em diferentes situações (BEYER,2007). Além de participar ativamente dessas interações, pessoas autistas podem não apenas melhorar suas habilidades sociais, mas também experimentar um sentido mais profundo de pertencimento e conexão com os outros.

Vygotsky, já preconizava em seus estudos a importância da inserção de crianças atípicas em grupos homogêneos, onde essas trocas ocorridas entre as crianças atípicas e típicas remetem ao conceito de mediação, que, segundo Vygotsky (1962), desempenha um papel fundamental no amadurecimento do indivíduo. A presença de crianças autistas na escola regular contribui para a construção de um ambiente mais inclusivo e diverso. Essa experiência promove o respeito às diferenças e a valorização da individualidade, além de estimular o desenvolvimento da empatia e da tolerância em todos os alunos. É importante reconhecer que a inclusão de crianças autistas na escola regular também apresenta desafios. A necessidade de adaptação curricular, de formação especializada para os professores e de recursos de acessibilidade exige um compromisso por parte da comunidade escolar.



2 OBJETIVO

O objetivo desse artigo é analisar as narrativas acerca da inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em escolas regulares, considerando os desafios e os impactos na aprendizagem e no desenvolvimento social dos alunos.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa acerca dos estudos sobre ambientes educacionais acessíveis a pessoas com Aspecto Autista. Os artigos de revisão narrativa descrevem e debatem sobre o “estado da arte” de um determinado assunto, diante do ponto de vista teórico e/ou contextual (ROTHER, 2007), sem determinar uma metodologia rigorosa e replicável em nível de reprodução de dados e respostas quantitativas para questões específicas. As revisões narrativas contribuem na obtenção e no avanço do conhecimento sobre uma temática específica, por despertar novas ideias, técnicas e subtemas que possuem maior ou menor destaque na literatura selecionada e em um curto espaço de tempo (ROTHER, 2007).

Por fim, as revisões narrativas procuram discutir ou descrever o momento atual do assunto, se diferenciando de outras modalidades, visando apenas em estruturar o conhecimento já existente (Cordeiro et al., 2007; Soares et al., 2013). Assim, a revisão narrativa não se limita apenas a listar os estudos existentes, mas busca contextualizá-los, identificar padrões, contradições e lacunas na literatura, oferecendo uma visão mais abrangente e interpretativa do tema em questão. Não sendo necessário detalhar as fontes investigadas ou os métodos utilizados para encontrar fontes de referência. Nesse sentido, o pesquisador seleciona os estudos para análise com base na perspectiva teórica e no contexto do tema discutido (MATTOS, 2015).

A pesquisa foi realizada por meio da leitura de artigos científicos na íntegra, realizados entre os anos 2023 a 2024, disponíveis nas plataformas online Scientific Electronic Library Online (SciELO) Brasil e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), sob os descritores “TEA”, “inclusão” e “escolas”. Como critérios de inclusão, destacam-se: artigos publicados entre os anos de 2018 a 2024, publicados em português e que tivessem relação com a temática estudada. Optou-se por excluir artigos publicados em idiomas estrangeiros, que não apresentam os dados procurados sobre desafios na inclusão de alunos com TEA, que não estivessem disponíveis o acesso ao artigo completo e que estivessem duplicados nas bases de dados pesquisadas.

4 DESENVOLVIMENTO

A inclusão de pessoas que se encontram dentro do espectro autista é um tema de extrema relevância para a comunidade em geral, principalmente para a educação contemporânea. Dentro do estudo realizado a inclusão efetiva desses alunos traz benefícios significativos não só para os próprios alunos com TEA, como



também, seus colegas, professores, as instituições educacionais e familiares. Pesquisas na área tem destacado os benefícios da inclusão educacional para crianças autistas, tais como o desenvolvimento de habilidades sociais, a melhoria da autoestima e o estímulo ao aprendizado acadêmico (SOUSA,2022). Ao participarem de ambientes educacionais regulares, os alunos autistas têm a oportunidade de interagir com outras crianças, desenvolvendo habilidades sociais, como comunicação, colaboração e empatia (GOMES,2021).

No entanto desafios persistem, demandando contínuos esforços no sentido de aprimorar as práticas inclusivas, garantindo o pleno acesso e a participação das pessoas autistas no sistema educacional, porém o desconhecimento sobre o TEA por grande parte da comunidade escolar se configura como um desafio a ser superado (ANGELO,2021). Uma das soluções apontadas seria a capacitação de professores e equipe escolar como forma de atenuar as dificuldades da inclusão, aprender sobre características, necessidades e estratégias de ensino tornaria o ambiente escolar mais propício e efetivo ao processo de imersão desses indivíduos dentro das instituições de ensino (BARBOSA, 2018).

Outro ponto observado dentro das narrativas estudadas estão as dificuldades de comunicação e interação social de alunos com TEA, essas adversidades se tornam mais uma barreira dentro do contexto da inclusão escolar, já que, a comunicação verbal é o meio mais comum de interação social dentro das escolas. Nesta conjuntura a Comunicação Alternativa Ampliada- CAA surge como um dispositivo essencial para indivíduos que possuem dificuldades de fala e linguagem devido a circunstâncias como autismo, paralisia cerebral, AVC ou doenças neuromusculares (FORTUNATO,2023). Outras ferramentas utilizadas como as tecnologias de rastreamento ocular e a síntese de fala, que permite transformar símbolos ou caracteres em textos, são exemplos de como as tecnologias podem ajudar na inserção efetiva de pessoas com qualquer grau de comprometimento em sua comunicação.

Outro fator, que tange a inclusão da pessoa com TEA dentro do sistema educacional regular é a necessidade de adaptar o currículo e as atividades pedagógicas as necessidades individuais de cada aluno com TEA. Dispositivos legais como o Atendimento Educacional Especializado-AEE, o Plano de Ensino Individualizado – PEI, o direito de Acompanhantes Terapêuticos-AT em salas de aulas, tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (BRASIL,2021).

O Plano de Ensino Individualizado (PEI) é um documento legal que norteia o processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O PEI é elaborado de forma colaborativa entre a equipe escolar, a família e o aluno, com o objetivo de garantir uma educação personalizada e de qualidade.



Nesse contexto, assegurar a participação ativa das famílias e dos estudantes no processo educacional trará maior colaboração e certamente aumentará sua satisfação, contribuindo para a conquista de resultados mais positivos. A família e a escola desempenham papéis essenciais no crescimento global das pessoas, podendo tanto estimular quanto prejudicar seu desenvolvimento físico, intelectual, social, emocional e espiritual. Dessa forma, é fundamental realizar esforços conjuntos para promover avanços contínuos e evitar retrocessos, por meio da construção coletiva dentro da comunidade educacional (CASARIN,2008).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar de pessoas com transtorno do espectro autista é um movimento incessante que requer o engajamento de toda a comunidade escolar. Através da superação dos obstáculos e da efetivação de metodologias mais eficazes, é viável assegurar o direito à educação de qualidade para todos os alunos, com ou sem autismo. A inclusão de pessoas com TEA em sala de aula regular não se trata apenas de um direito fundamental, mas de uma oportunidade única de construirmos uma sociedade mais justa, equânime e plural. Além disso, é fundamental que a inclusão escolar seja acompanhada por uma abordagem centrada na criança, que leve em consideração suas necessidades individuais, interesses e habilidades. Isso envolve a colaboração entre pais, educadores e profissionais de saúde para desenvolver planos educacionais individualizados que atendam às necessidades específicas de cada criança autista

Através de um compromisso coletivo e da construção de pontes entre diferentes saberes e experiências, podemos garantir que todos os alunos, com ou sem TEA, tenham acesso a uma educação de qualidade e alcancem seu pleno potencial. Dentro deste contexto é fundamental que as escolas estejam preparadas para receber esses alunos, com uma infraestrutura adequada, profissionais bem capacitados e com um plano de ensino individualizado bem elaborado. Além disso, é importante reconhecer que a inclusão escolar beneficia não apenas as crianças autistas, mas também seus colegas típicos. Ao interagir com crianças autistas, os colegas têm a oportunidade de aprender sobre a diversidade humana, desenvolver empatia e compreender a importância da inclusão e do respeito pelas diferenças.

Para além das considerações que incluem a necessidade de adaptação do ambiente escolar, atender as necessidades individuais dos alunos, capacitar professores na utilização de ferramentas práticas inclusivas é essencial para que haja êxito na implementação de qualquer projeto de inclusão. Envolver os pais, os cuidadores e a própria comunidade nas desmistificações e nas práticas de inclusão é viabilizar ambientes de apoio que atendam com qualidade e eficiências crianças, adolescentes e adultos com idade escolar. A inclusão escolar é mais do que mera inserção física, a inclusão plena exige uma transformação paradigmática na cultura escolar, na formação docente e na construção de um ambiente verdadeiramente acolhedor e acessível.



REFERÊNCIAS

ANGELO, J. S. O papel do professor na inclusão do aluno autista. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 07, Vol. 03, pp. 137-150. Julho de 2021. Disponível em: www.nucleodoconhecimento.com.br. Acesso em: abr 2022.

BARBOSA, Marily Oliveira. O transtorno do espectro autista em tempos de inclusão escolar: o foco nos profissionais de educação. Revista Educação Especial, v. 31, n. 61, p. 299-310, 2018.

BEYER, H. O. A educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial. Revista inclusão, v. 2, 8-12, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Orientações Específicas para o Público da Educação Especial: Atendimento de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Brasília, 5 mar, 2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2023-pdf/254501-pcp050-23/file>. Acesso em: 01 de mar. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2021: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei 12.764/2012). Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: jul 2021

CASARIN, S. Um trio afinado: família, escola e atendimento especializado. In: Revista Nova Escola. Edição Especial. no . 24. Editora Abril, 2008.

COLLYER, R. CID-11: O que mudou referente ao autismo? Publicado em: 06/01/2022. Disponível em: <<https://observatoriodoautista.com.br>> Acesso em: mar 2022.

Dutra, E. (2008). Afinal, o que significa o social nas práticas clínicas fenomenológico-existenciais? *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 8(2), 224-237.

FORTUNATO, Paulo. Métodos de Comunicação Alternativa. APAE-Curitiba, 04 set. 2023. Disponível em: <<https://apaecuritiba.org.br/metodos-de-comunicacao-alternativa>>. Acesso em: 29 fev. 2024.

GOMES, M. (org.). Construindo as trilhas para a inclusão. 1 ed. São Paulo: Editora Vozes, 2009.

INCLUSÃO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/inclusao>>. Acesso em: 27/02/2024.

LACERDA, Lucelmo. O direito de estudar também vale para pessoas com autismo. A tribuna, 03 fev. 2024. Disponível em: <<https://www.tribunamt.com.br/opiniao-do-leitor/2024/02/o-direito-de-estudar-tambem-vale-para-pessoas-com-autismo>>. Acesso em: 26 fev. 2024.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 novembro de 2021. Disponível em : <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm> . Acesso em 01 mar. 2024.

Lei nº 13.146, de 06 de junho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 02 de março 2024.



MATOS, S.N.; MENDES,E.G. Demandas de professores Decorrentes da Inclusão Escolar. Revista Brasileira de Educação Especial, v.21,p.9-22, jan.2015.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e Organização Mundial de Saúde (OMS). Transtorno do Espectro Autista (TEA). Disponível em:< <https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista>> Acesso: 29 de fevereiro de 2024.

Rother, E.T. (2007). Revisão sistemática x revisão narrativa. Acta Paulista de Enfermagem, 20.vi-viii..doi:org/10.1590/S0103-21002007000200001.

SOUSA, M. J. S. Professor e o autismo: desafios de uma inclusão com qualidade. UNB, Universidade de Brasília. Curso de Especialização. Brasília, 2015, Instituto de Psicologia. Disponível em: <https://bdm.unb.br>. Acesso em: abr 2022.

VOSGERAU, Dilmeire Sant Anna Ramos e ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. Rev. Diálogo Educ.[online]. 2014, vol. 14, n. 41, pp. 165-190. ISSN 1981-416X.

VYGOTSKIJ, L. S. (1962). *Myšlenie i reč* New York: Pergamon Press & M.I.T. Press. Publicado originalmente em 1934.